

# POLÍTICAS URBANAS EM JUAZEIRO DO NORTE/CE: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PRÉ-REVISÃO DO PLANO DIRETOR

**Cirlany Sousa Matos**

Universidade Federal do Cariri (UFCA) | [matos.cirlany@aluno.ufca.edu.br](mailto:matos.cirlany@aluno.ufca.edu.br)

**Diego Coelho do Nascimento**

Universidade Federal do Cariri (UFCA) | [diego.coelho@ufca.edu.br](mailto:diego.coelho@ufca.edu.br)

---

## Sessão Temática 03: Estado, Planejamento e Políticas Públicas

---

**Resumo:** O estudo analisa as políticas urbanas implementadas em Juazeiro do Norte (CE) entre 2000 e 2021, destacando a falta de planejamento urbano e de instrumentos essenciais como o Plano Diretor e o plano de mobilidade. A pesquisa, com abordagem qualitativa, foca em políticas relevantes, como o Metrô Cariri, o Anel Viário e o Teleférico do Horto, além de iniciativas de revitalização do patrimônio histórico. Observou-se que, apesar dos investimentos, essas políticas falham em atender à expansão urbana e à demanda por transporte público adequado, além de carecerem de monitoramento e avaliação. O estudo conclui que, para uma implementação eficaz, é fundamental incluir o planejamento, a participação social e a avaliação contínua das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Planejamento; Planos; Urbano.

## URBAN POLICIES IN JUAZEIRO DO NORTE/CE: AN ANALYSIS OF THE PRE-REVISION PERIOD OF THE MASTER PLAN

**Abstract:** The study analyzes urban policies implemented in Juazeiro do Norte (CE) between 2000 and 2021, highlighting the lack of urban planning and essential tools such as the Master Plan and mobility plan. The research, with a qualitative approach, focuses on significant policies such as the Cariri Metro, the Ring Road, and the Horto Cable Car, as well as initiatives for the revitalization of historical heritage. It was observed that, despite investments, these policies fail to meet urban expansion and the demand for adequate public transport, and lack monitoring and evaluation. The study concludes that effective implementation requires the inclusion of planning, social participation, and continuous evaluation of public policies.

**Keywords:** Public Policies; Planning; Plans; Urban.

---

## POLÍTICAS URBANAS EN JUAZEIRO DO NORTE/CE: UN ANÁLISIS DEL PERÍODO PRE-REVISIÓN DEL PLAN DIRECTOR

**Resumen:** El estudio analiza las políticas urbanas implementadas en Juazeiro do Norte (CE) entre 2000 y 2021, destacando la falta de planificación urbana y de instrumentos esenciales como el Plan Director y el plan de movilidad. La investigación, con un enfoque cualitativo, se centra en políticas relevantes, como el Metro Cariri, el Anillo Vial y el Teleférico del Horto, además de iniciativas de revitalización del patrimonio histórico. Se observó que, a pesar de las inversiones, estas políticas no logran atender la expansión urbana ni la demanda de un transporte público adecuado, y carecen de monitoreo y evaluación. El estudio concluye que, para una implementación eficaz, es fundamental incluir la planificación, la participación social y la evaluación continua de las políticas públicas.

**Palabras clave:** Políticas Públicas; Planificación; Planes; Urbano.

## INTRODUÇÃO

O município de Juazeiro do Norte, situa-se na Região Metropolitana do Cariri (RMCariri), ao sul do estado do Ceará. A RMCariri, por sua vez, é constituída por nove municípios, e foi instituída a partir da Lei Complementar estadual n. 78, de 26 de junho de 2009. A RMCariri foi criada a partir da crescente integração entre os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha – o Triângulo Crajubar, formando-se uma conurbação.

Juazeiro do Norte é o maior município do interior cearense e principal município da RMCariri, contando com uma população de 286.120 no último censo demográfico (IBGE, 2022). Atualmente, Juazeiro do Norte ocupa a sexta posição das maiores economias do estado (Ficando atrás apenas de Fortaleza e outros municípios de sua Região Metropolitana e do município de Sobral). O município exerce um grande poder de influência e centralidade no centro-sul cearense e em regiões dos estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí.

O município passa por diversas transformações socioespaciais, porém, sem o norteamento de planos setoriais como o plano diretor e o plano de mobilidade urbana. Sobre o primeiro, em Juazeiro do Norte continua vigente o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), datado do ano 2000 e com uma série de emendas ao longo das duas últimas décadas; quanto ao plano de mobilidade, o município não dispõe dessa ferramenta de planejamento. Por isso, pergunta-se: Em um contexto de ausência de instrumentos de planejamento urbano, quais as principais políticas urbanas foram implementadas no município no período entre 2000 e 2021? Como o ciclo de políticas públicas pode ajudar a compreendê-las?

Desse modo, essa pesquisa objetivo identificar e analisar as principais políticas urbanas implementadas em Juazeiro do Norte no período entre 2000 e 2021.

A pesquisa divide-se em cinco seções, são elas: a introdução em que se contextualiza a pesquisa, a problemática e o objetivo; procedimentos metodológicos, onde são apresentados os procedimentos e as técnicas utilizadas; adiante, dispõe-se do referencial teórico, em que se teve apoio em autores contemporâneos e clássicos relacionados às temáticas de políticas públicas e planejamento; a quarta seção traz a apresentação e a discussão dos resultados, apresentando as principais políticas urbanas implementadas dentro do recorte temporal estabelecido tendo por embasamento o referencial teórico e o cumprimento dos objetivos; por fim, as considerações trazem um compilado das descobertas.

## MÉTODO

O presente estudo foi construído através da abordagem qualitativa, com objetivos explicativos e exploratórios, com uso da análise documental e bibliográfica, pautado pelos questionamentos: Em um contexto de ausência de instrumentos de planejamento urbano, quais as principais políticas urbanas foram implementadas no município no período entre 2000 e 2021? Como o ciclo de políticas públicas pode ajudar a compreendê-las?

O recorte temporal (2000-2021) não foi adotado aleatoriamente. A escolha se deu em razão do espaço de tempo transcorrido desde a primeira e, até então, única elaboração do Plano Diretor Municipal que apenas recentemente passou por uma revisão (2021-2023) que ainda tramita na câmara municipal e, portanto, não está em vigência.

Nesse sentido, a abordagem qualitativa se propõe como ideal na execução dos objetivos propostos por se caracterizar pela análise e descrição de fatores, cabendo ao pesquisador interpretar o material e direcionar os estudos de impactos relacionados à implementação das políticas públicas. Enquanto a revisão bibliográfica, propicia a colocação do pesquisador em contato direto com toda a produção literária sobre o assunto explorado (Marconi; Lakatos, 2013).

Lakatos e Marconi (2013) expõem que toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, independentemente dos métodos ou técnicas empregadas, afinal esse levantamento será essencial para a construção do conhecimento sobre a temática investigada. Desse modo, o material utilizado aqui se constituiu por buscas em meios digitais de artigos acadêmicos disponíveis no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO - Brasil) e Google Acadêmico, sendo o critério de seleção dos artigos as palavras-chaves (neste caso, planejamento e políticas públicas). Além disso, utilizou-se também de buscas nos portais da Prefeitura de Juazeiro do Norte e do Governo do Estado do Ceará e portais jornalísticos locais e estaduais.

Vale destacar que, ao realizar o levantamento das políticas urbanas, deu-se prioridade às políticas mais abrangentes, em detrimento de iniciativas operacionais, como operações tapa-buraco, asfaltamento, entre outras.

A partir do levantamento de dados, os achados resultaram num quadro, o qual são apresentadas algumas políticas de intervenção urbana, buscando analisar o período de sua implementação, os objetivos, o orçamento e atores envolvidos, tendo por base as fases ou etapas do ciclo de políticas públicas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A política pública é um campo do conhecimento relativamente jovem de abordagens multidisciplinares, considerada de suma importância para desenvolvimento social, territorial, econômico e governamental. A área surgiu, nos EUA e Europa na primeira metade do século XX enquanto disciplina acadêmica, onde teve distintos objetos de análise metodológica no seu desenvolvimento inicial, conforme aponta Souza (2006):

Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o Estado e sobre o papel de uma das mais importantes instituições do Estado, ou seja, o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (Souza, 2006, p. 2).

Souza (2006) apresenta em seu ensaio os autores H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959) e D. Easton (1965) como os fundadores da área de políticas públicas, em que cada autor trouxe conceituações diferenciadas sobre a mesma temática, as quais culminam em complementaridade.

Nesse sentido, Souza (2006) discute a matriz conceitual em cada autor, iniciando em Laswell (1936), nos anos 30, ao introduzir a expressão *policy analysis* com vistas a conciliação entre conhecimento científico, produção de governos além do diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*). Enquanto Lindblom (1959; 1979) questionou as abordagens de Laswell e Simon e acrescentou outras variáveis “à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio” (SOUZA, 2006. p. 04). Por último, Souza (2006) destaca que Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública enquanto uma relação entre formulação, resultados e o ambiente, onde se insere os atores políticos (partidos, da mídia e dos grupos de interesse) que culminam na influência de seus resultados.

Ao pensar no conceito de políticas públicas, não há uma única definição, assim neste estudo, utilizar-se-á os mais adequados à execução dos objetivos. A princípio Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Enquanto, Rodrigues (2011) define em um conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e orientam a resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos. Nessa perspectiva, Teixeira (2002) contribui para esse estudo com a síntese do que seria a política pública:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas (Teixeira, 2002, p. 2).

Dito isto, é importante compreender que, no geral, a política pública está ligada à resolução de um problema público. Nesse sentido, Secchi (2013) expressa como se estabelece o problema público, para que este se converta em uma diretriz de resolução, com a afirmação de que o problema seria a transição do status quo a uma situação desejável. Ou seja, para que algo seja considerado problema público deve atingir uma coletividade de maneira inadequada, ao passo que os atores políticos os elegem como problema.

Desse modo, a partir da definição/seleção de um problema público, em um modelo ideal de implementação/planejamento governamental careceria de sua inserção dentro do ciclo das políticas públicas. O ciclo, conforme aponta Secchi (2013), é a forma de visualizar a política pública em um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um

processo dinâmico e de aprendizado. Devido o ciclo, é possível verificar num esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes: Identificação do problema; Formação da agenda; Formulação de alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação; Extinção (Secchi, 2013).

A partir do planejamento, controle, monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas é possível alcançar resultados superiores na resolução de problemas públicos. Afinal, o planejamento governamental “quando autêntico e patrocinado pela alta direção do governo, é a própria essência de governar” (TONI, 2014, p. 4). Tendo em conta que o planejamento governamental envolve uma gama de atores e áreas de modo transdisciplinar, com vistas ao atendimento de demandas sociais e políticas por vezes divergentes.

Diante o exposto, Oliveira (2006) destaca as principais visões relacionadas ao planejamento em países em desenvolvimento, inclusive o Brasil: o primeiro tipo de planejamento é associado a atividades envolvendo tomada de decisões políticas, reuniões de discussão, mapas detalhados, modelos matemáticos e cenários, criação de legislação e distribuição de responsabilidades, e ao final se gera um plano. No segundo modelo, o planejamento reconhece o papel da implementação, mas ainda enfatiza a elaboração de planos como chave primordial para o sucesso de políticas públicas. Em seguida se tem o modelo em que une a implementação, mecanismos de monitoramento, auditorias e reuniões técnicas de acompanhamento. Por fim, o modelo de planejamento, que preza a participação social, com total ênfase na participação da população ou sociedade civil, no qual, os beneficiários ajudam a monitorar o projeto.

Todavia, alguns impasses são identificáveis na trajetória recente brasileira caracterizada por instabilidades e rupturas ao regime democrático, fato que se contradiz ao próprio ato planejar, considerando que “numa democracia o planejamento cumpre a missão de viabilizar graus crescentes de liberdade humana e autonomia dos diversos atores na relação sempre conflituosa entre Estado e Sociedade” (Toni, 2014, p. 5).

Então, a cada contexto político surgem novos impasses ou se acentua os existentes quanto ao papel do planejamento e o método para realizá-lo, as discussões são amplas e não consensuais. No qual, Oliveira (2006) salienta que o “processo de decisão político depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntamente que sejam aceitáveis para toda a sociedade e principalmente para as partes envolvidas” (Oliveira, 2006, p.284).

Somado ao fato das instabilidades e as mudanças inerentes ao cenário político, outro fator existente nas concepções contrapostas sobre as dinâmicas e fluxos existentes no processo de planejamento e implementação de políticas públicas, está em duas correntes de pensamento que versam sobre a tomada de decisão, na qual uma defende que as decisões devem ocorrer de forma hierárquica por meio do modelo *top-down*, enquanto, outra corrente acredita que o processo exitoso se dará através de decisões descentralizadas junto a participação social, através do modelo *bottom-up*, considerado eficiente e democrático.

Nesse contexto, Oliveira (2006) reforça que o ato de planejar no âmbito governamental no pós-redemocratização se tornou parte da cultura organizacional brasileira, ato é tido positivamente pelos gestores e pelo povo em seu cotidiano. No entanto, esse ato tão popularizado, a literatura aponta que é vivenciado de maneira simplória, até mesmo automatizado, objetivando prever e controlar o futuro, sem considerar as inúmeras variáveis que se dão em um processo como este.

Portanto, evidenciando que um dos principais gargalos do planejamento, está na própria importância que as instituições dão ao processo cultural do planejamento, em que, na maioria dos casos de implementação de políticas ocorrem por meio do modelo *top-down*, de forma que não se considera todas as dimensões envolvidas, em certos casos beneficiando apenas determinados grupos de interesses.

A seguir, tendo por *lôcus* o município de Juazeiro do Norte/CE serão apresentados alguns exemplos de políticas públicas implementadas, buscando analisar como o município se organiza em relação a esta implementação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Juazeiro do Norte foi criado pela Lei n.º 1.028/1911. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), conta com uma população estimada superior aos 300 mil habitantes em uma área territorial de 258,788 km<sup>2</sup> e, por conseguinte, densidade demográfica de 1105,62. É o maior município da região caririense e o 3º (terceiro) maior do Estado. O Produto Interno Bruto (PIB) ocupa a 1º (primeira) posição da região do Cariri e a 6º (sexta) posição no estado. Enquanto na área da educação a taxa de escolarização é baixa ao compararmos a média estadual, onde ocupa a 103º (centésima terceira) posição. A economia do município é pautada em atividades advindas do setor terciário, com ênfase no comércio, nas atividades ligadas ao turismo religioso e gastronomia, além da vasta oferta de serviços universitários e de saúde.

Ao considerar o cenário demográfico e socioeconômico, suscitam-se questões relacionadas ao planejamento territorial do município e a busca pela compreensão de como a administração pública lida com o planejamento e a implementação de políticas públicas urbanas.

Sendo assim, foi realizado um levantamento de políticas públicas implementadas ao longo do período de vigência do Plano diretor Municipal e antes da sua primeira revisão (2000-2021), tal como apresenta o quadro 01 a seguir:

Quadro 1: Políticas de Intervenção Urbana em Juazeiro do Norte (2000 - 2021)

Políticas	Descrição	Objetivo	Orçamento	Atores	Gestão
1. Metrô do Cariri (VLT)	Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), que fazem o percurso de 13,6 quilômetros entre as cidades de Juazeiro do Norte e Crato diariamente.	Reduzir o número de veículos nas ruas a partir da oferta de um serviço de transporte ágil, seguro e econômico.	R\$ 25 milhões	Poder executivo estadual; População que utiliza o serviço; Funcionários do VLT; residentes ao longo da linha férrea.	Estadual: Cid Gomes (2007 - 2015) Municipal: Manoel Santana (2009 - 2012)
2. Anel Viário	Abertura de novas vias no eixo CRAJUBAR asfaltadas e com infraestrutura (ciclovias, viadutos, iluminação, etc.).	Obra que objetiva melhorar a mobilidade urbana no eixo principal da Região Metropolitana do Cariri, formada por Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.	R\$ 40 milhões	Poder executivo estadual e municipal; Turistas; Motoristas de veículos individuais; Motoristas de cargas; Construtora responsável pela obra.	Estadual: Camilo Santana (2015-2022) Municipal: Arnon Bezerra (2017-2020) Glêdson Bezerra (2021-2024)
3. Teleférico do Horto	Equipamento de transporte aéreo utilizado para transportar pessoas em atividades turísticas.	Alavancar o Turismo no município e a economia local	R\$ 70 milhões	Poder executivo estadual e municipal; Turistas; População em local; Construtora responsável pela obra; Comerciantes; Funcionários do equipamento;	Estadual: Camilo Santana (2015 - 2022) Municipal: Arnon Bezerra (2017-2020) Glêdson Bezerra (2021-2024)
4. Alameda Juazeiro	Projeto de revitalização no centro urbano de Juazeiro do Norte, fazendo parte da reforma da tradicional Praça Pe. Cicero.	Transformar o local em um Centro de Gastronomia, em prol da economia e turismo local	R\$ 4,5 milhões (valor global junto a reforma da praça)	Turistas; População local; Comerciantes.	Estadual: Camilo Santana (2015 - 2022) Municipal: Arnon Bezerra (2017-2020)

5. Escola De Saberes De Juazeiro	A reforma e restauração do prédio do antigo Casarão dos Vianas, em frente à Praça Padre Cícero, construída em meados de 1945, é um importante patrimônio histórico.	Atuar enquanto centro integrador e multidisciplinar para o desenvolvimento de diversas atividades pautadas no contexto educacional.	R\$ 2 milhões	Poder executivo municipal; População em local; Escolas; Professores, estudantes;	Estadual: Camilo Santana (2015 - 2022) Municipal: Arnon Bezerra (2017-2020) Glêdson Bezerra (2021-2024)
----------------------------------	---	---	---------------	--	---

Fonte: os autores.

A primeira política em discussão diz respeito ao Metrô Cariri (ou Veículo Leve sobre Trilhos - VLT), implementada pelo Governo do Estado do Ceará, por meio do Metrô de Fortaleza (METROFOR) no ano de 2010. Sua implementação ocorreu com a finalidade de reduzir os problemas de mobilidade urbana entre o município de Juazeiro do Norte e Crato, visto o grande fluxo diário de pessoas entre esses municípios para trabalhar, estudar, utilização dos serviços e comércio.

A política do VLT é extremamente relevante, afinal, “os sistemas sobre trilhos, apesar de sua menor abrangência, têm importante papel em regiões de alta densidade populacional, pois são capazes de transportar um grande número de passageiros utilizando pouco espaço das cidades” (Lacerda, 2006, p. 96). No entanto, o Metrô Cariri não consegue atingir um grande quantitativo de usuários diariamente, mesmo com a pontualidade, agilidade e passagens a baixo custo, tal como ilustra Nascimento, Chacon e Martins (2014):

A manutenção do antigo percurso de trilhos visando à diminuição dos custos de implantação não contemplou o crescimento demográfico das cidades de operação desse sistema. O percurso realizado sequer se aproxima do centro comercial desses municípios, tampouco atende os bairros mais populosos dessas cidades (Bairro Seminário em Crato e João Cabral em Juazeiro do Norte). As zonas industriais e universitárias dessas cidades também não foram contempladas com a implantação do Metrô do Cariri (NASCIMENTO, CHACON E MARTINS, 2014, p. 224).

Ou seja, uma política desse porte e relevância com mais de 10 anos em execução, permanece com lacunas devido à falta de planejamento em sua implementação, ao não considerar o crescimento populacional e territorial, assim como a necessidade de monitoramento e avaliação da política pública. O território de Juazeiro do Norte está em plena expansão, o que tende a intensificar os fluxos de pessoas diariamente, e conseqüentemente gerar ainda mais problemas relacionados à falta de mobilidade, de transporte coletivos que possam suprir a demanda, com o aumento de congestionamento e acidentes de trânsito. Nesse contexto, essa política extremamente relevante precisa ser reformulada e

aperfeiçoada para então amenizar o problema da mobilidade urbana iminente à realidade atual.

Ainda, em busca de alternativas aos problemas de mobilidade urbana em consonância ao crescimento socioeconômico em Juazeiro do Norte e toda a RM Cariri, foi idealizado o Anel Viário do Cariri, obra do Governo do Estado, que faz parte do Projeto Cidades do Ceará. O Anel Viário consiste em um grande projeto realizado pela Superintendência de Obras Públicas (SOP) de abertura de novas vias entre as cidades do CRAJUBAR, tida como alternativa para desafogar o trânsito.

É incontestável a necessidade dessa obra, no entanto, é preciso mecanismos para incentivar a utilização do transporte público, não apenas beneficiar e incentivar o uso do veículo individual. A isto, se soma os próprios impactos ambientais que abertura de novas estradas poderá ocasionar a curto e médio prazo nesse território.

Outra obra implementada pelo governo estadual é o Teleférico do Horto, equipamento de transporte aéreo com o percurso entre o centro comercial em direção a Colina do Horto, que tem por finalidade fomentar cada vez mais as atividades turísticas existentes no município. O teleférico é um desejo antigo das gestões municipais, inclusive está presente nas diretrizes do plano estruturação urbana componente do PDDU de Juazeiro do Norte (Decreto-lei n° 2.572/2000).

Durante o levantamento bibliográfico e documental não foram identificados nos sites oficiais os instrumentos de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV). Levando-se em conta, que esses instrumentos têm por finalidade produzir uma análise minuciosa e objetiva dos impactos e efeitos causados no entorno de qualquer empreendimento que apresente uma estrutura física capaz de modificar a paisagem. O EIV e RIV são essenciais para situar-se entre os interesses públicos e privados, com objetivos de garantir a qualidade de vida da população que vive e transita entorno de empreendimentos.

Por fim, tem-se as políticas de revitalização de patrimônio histórico, em específico o Centro de Gastronomia Rita Araújo da Silva, também conhecido por Alameda Juazeiro, entregue em 2019, e a Escola de Saberes de Juazeiro do Norte inaugurada em 2022. Essas duas políticas têm em comum o fato de estarem na mesma localidade da área central do município em frente à Praça Padre Cícero, local de intenso fluxo de pessoas e comércio, em que, por muitos anos, permaneceram “abandonados” pelo poder público.

A primeira política, a Alameda Juazeiro, parte um projeto maior de revitalização do centro de histórico do município conforme exposto abaixo:

Com investimento de R\$ 4,5 milhões dos governos federal, estadual e municipal, a ideia é resgatar a arquitetura do local, sobretudo na década de 1960. As principais mudanças no equipamento aconteceram no traçado, no paisagismo e na iluminação, com a instalação de postes coloniais. Além disso, foram colocados piso com ladrilho hidráulico, bancos de granilite

e 18 novas lixeiras. A obra também contemplou as ruas do entorno com pavimentação em piso intertravado e drenagem (BADALO, 2019).

Enquanto a Escola de Saberes, partiu da compra de um casarão antigo (abandonado à época) pela prefeitura, sendo suas obras de restauração iniciadas em 2019, atualmente o espaço conta com biblioteca, sala multifuncional, varanda, gabinetes para estudo, sala de oficina literária para estimular a produção e publicação textual. A estrutura conta, ainda, com ambiente para pesquisa e planejamento de aulas e espaço para café (BADALO, 2022).

De maneira geral, o que se percebe nessas obras de revitalização são as iniciativas relacionadas ao consumo turístico, “com investimentos em projetos de reforma e embelezamento de fachadas dos prédios e dos espaços públicos, com segurança pública e lazer, a fim de retomar o efeito simbólico, da memória histórica do lugar, no cotidiano das pessoas que usam e ocupam o território” (COLVERO, 2012, p.10). São iniciativas que a população e comércio local poderão se beneficiar, porém, não foram iniciativas que pensassem na inclusão e melhoria da qualidade de vida local.

A partir da análise dessas políticas alguns pontos de convergência são identificáveis: primeiro a falta do EIV e RIV instrumentos essenciais para desenvolvimento territorial justo e sustentável. Em segundo a própria implementação das políticas públicas que partem do “modelo top down que parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos” (SECCHI, 2013, p.47).

Em síntese é preciso a inserção do planejamento ao ciclo de políticas públicas, afinal, não basta implementar a política, é imprescindível o monitoramento e avaliação para então se obter resultados fidedignos e mudanças no status quo, uma vez que o acompanhamento do desempenho da política, é primordial para conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou (SECCHI, 2013).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve por objetivo analisar como o município de Juazeiro do Norte/CE se organiza em relação ao planejamento e implementação de políticas públicas urbanas nos últimos 20 anos. De modo que, se optou pela análise de políticas atuais de cunho mais estratégicos em detrimento das políticas operacionais. em diferentes setores, embora complementares, em busca de uma maior compreensão sobre a sua implementação, onde foi possível perceber alguns gargalos desde a gênese de formação das políticas através do modelo top down, seguido pela falta dos instrumentos EIV e RIV, até a falta de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

A falta dos instrumentos EIV e RIV se dão principalmente pela própria desatualização da legislação em vigência no município, conseqüentemente a desobrigação de pensar e

elaborar políticas de forma justa e sustentável no âmbito municipal e estadual, visto que muitas ações partem de parcerias entre os níveis de governo.

Em relação ao modelo de implementação é crucial a busca constante pela participação social, a consulta pública, assembleias em comunidades, entre outros arranjos democráticos, diante a tomada de decisão e o posterior desenho e implementação da política de intervenção. Afinal de contas, é desejável que sejam desenvolvidas no âmbito do pluralismo de ideias e coalizão dos grupos de interesses. Tal como, preconiza Bobbio (1998), que o pluralismo propõe um modelo de sociedade composto por inúmeros grupos de poder, os quais detêm funções de limitar, controlar e contrastar objetivamente em contraposição ao grupo de poder dominante, historicamente identificado com o Estado.

Planejar e implementar políticas públicas tendo em vista a resolução de problemas públicos é algo que deve passar por todas as esferas da sociedade, não deve servir apenas de instrumento eleitoral, a contar publicização da construção de grandes obras. É preciso tratar desse tema de forma holística, intersetorial, prezando a participação social. Sendo assim, o estudo abre espaço para ampliação do debate, não só das políticas aqui tratadas, outrossim, de avaliação minuciosa de políticas municipais desde a sua gênese até sua conclusão.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa por ser integrante do projeto “Planejamento Urbano e Territorial em Juazeiro do Norte/ CE: repercussões inter-relações na Região Metropolitana do Cariri” possuiu financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Além da FUNCAP, agradecemos à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e ao Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS) da mesma instituição.

## REFERÊNCIAS

BADALO, Redação Portal. **Escola de Saberes Daniel Walker será inaugurada na próxima terça (8), em Juazeiro.** 2022. Disponível em: <https://www.badalo.com.br/cariri/escola-de-saberes-daniel-walker-sera-inaugurada-proxima-terca-8-em-juazeiro/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BADALO, Redação Portal. **Alameda Juazeiro é inaugurada nesta sexta (31) com show de Fábio Carneirinho.** 2019. Disponível em: <https://www.badalo.com.br/featured/alameda->

juazeiro-na-praca-pe-cicero-e-inaugurada-nesta-sexta-31-com-show-de-fabio-carneirinho/. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm) >. Acesso em: mar. de 2021.

BRASIL. IBGE. **IBGE Cidades: Juazeiro do Norte**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: Fev. de 2022.

BOBBIO, Norberto *et. all.* **Dicionário de política**. 1998. ed. UnB. Brasília.

CEARÁ. **Juazeiro do Norte ganhará teleférico para impulsionar turismo e economia (08.11.2019)**. Disponível em: < <https://www.ceara.gov.br/2019/11/08/juazeiro-do-norte-ganhara-teleferico-paraimpulsionar-turismo-e-economia/> >. Acesso em: Mai. de 2022.

CEARÁ. **Decreto-lei nº 2.572, de 08 de setembro de 2000**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, PDDU de Juazeiro do Norte e dá outras providências. Prefeitura municipal de Juazeiro do Norte, CE, 08 de setembro de 2000a. Disponível em: < <http://www2.juazeiro.ce.gov.br/Legislacao/LEI%202572-2000.Pdf> >. Acesso em: jan. de 2022.

CEARÁ. **Lei Complementar Nº 78, de 26 de junho de 2009**. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC, altera a composição de microrregiões do estado do Ceará e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Promulgada em 26 de junho de 2009. Série 3. Ano I.

COLVERO, Adriana de Almeida. **A requalificação do centro antigo de São Paulo: políticas urbanas, planejamento e qualidade de vida**. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Belo Horizonte. Entre escalas, poderes, ações, geografias, 2012.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2019.

LACERDA, Sander Magalhães. Precificação de Congestionamento e Transporte Coletivo Urbano. **BNDES Setorial**, Rio De Janeiro, n. 23, p. 85-100, mar. 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projeto e Relatório, Publicações e Trabalhos Científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**, Fev. 1995.

NASCIMENTO, Diego Coelho do; MARTINS, Josefa Cicera Alves; CHACON, Suely Salgueiro. O Direito ao Transporte Coletivo Urbano na Região Metropolitana do Cariri-CE: sustentabilidade, problemáticas e alternativas. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, [S.L.], v. 10, n. 20, p. 207, 14 abr. 2014. Editora Dom Helder. <http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v10i20.360>.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **RAP**, Rio de Janeiro v.40, n.1:273-88,Mar./Abr. 2006.

RODRIGUES, Antônio. **Anel Viário do Cariri é alternativa para crescimento socioeconômico. 2020**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/anel-viario-do-cariri-e-alternativa-para-crescimento-socioeconomico-1.2986088>. Acesso em: 19 ago. 2022.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. 2º reimpr. 1º ed. São Paulo: Publifolha, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002. Disponível em:<[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2022.

TONI, Jackson de. **A retomada do planejamento estratégico governamental no Brasil: novos dilemas e perspectivas**. In: VII Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2014, Brasília. VII Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2014.